

Propostas técnicas para limpeza da água serão apresentadas na Comissão

Assunto:

LAGOA DA PAMPULHA



Presidente da Comissão Especial, Sérgio Fernando, ladeado pelos suplentes Pedro Patrus e Jorge Santos

Em reunião ordinária realizada hoje (segunda-feira, 21/10), a Comissão Especial de Estudos relativos ao desassoreamento e limpeza da Lagoa da Pampulha aprovou a realização de uma nova audiência pública para que as três empresas participantes da licitação para a limpeza da água apresentem as técnicas que pretendem usar para o desempenho da tarefa. O encontro foi agendado para o próximo dia 30/10, às 13h30, no Plenário Camil Caram.

De acordo com o presidente da Comissão Especial, vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares (PV), a audiência pública tem a finalidade de dar prosseguimento ao debate iniciado na última sexta-feira (18/10), na qual moradores e líderes comunitários se queixaram de transtornos e ausência de resultados no processo de desassoreamento da represa, iniciado este mês. Na ocasião, representante de uma das empresas participantes da licitação da Prefeitura para limpeza da água discorreu sobre a técnica a ser utilizada.

Ainda na audiência, a Sudecap explicou que o processo de tratamento da água deverá ter início em até 60 dias, com duração prevista de 22 meses, sendo 10 para a limpeza e 12 de manutenção. A continuidade do debate tem o objetivo de dar oportunidade para que as outras participantes do certame apresentem suas propostas técnicas, já que elas não estavam presentes à primeira audiência. O edital de licitação deverá ser concluído até o início de novembro.

Também serão convidados secretários municipais de Governo, Meio Ambiente, Obras e Infraestrutura e da Administração Regional Pampulha, além de especialistas e associações comunitárias da região.

Respostas

Além da aprovação do requerimento, o presidente da Comissão Especial e os suplentes Pedro Patrus (PT) e Jorge Santos (PRB) registraram o recebimento de resposta a ofícios originários de requerimentos aprovados em reuniões anteriores solicitando informações sobre a localização municipal do aterro no qual serão depositados os 800.000 m² de sedimentos a serem retirados da lagoa, na BR 040, Km 527,5.

Segundo o Instituto de Geociências Aplicadas (IGA), para a correta certificação de pertencimento municipal é necessário o envio da planta georreferenciada da área, pois apenas a informação da localização do quilômetro da rodovia não ampara tal certificação. De acordo com o ofício, no caso de não existir tal planta, a equipe técnica do IGA precisará ir a campo para o estudo da área e o posicionamento da linha de divisa municipal.

Já a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, questionada sobre a contratação da empresa AMBITEC S/A, judicialmente impedida de participar de licitações, para o desassoreamento da represa, informou que a decisão judicial que determinou o impedimento teve seu efeito suspenso por força de outra decisão judicial.

Assista [aqui](#) à reunião na íntegra.

Superintendência de Comunicação Institucional

Data publicação:

Segunda-Feira, 21 Outubro, 2013 - 00:00
